



<https://doi.org/10.51880/ho.v25i1.1243>



Resistências femininas à ditadura militar: as trajetórias de Gilda e Adélia (1964-1985)

Carolina Dellamore*

ORCID iD 0000-0002-9207-6568

Centro de Memória da Educação, Secretaria Municipal de Educação de Contagem, Contagem, Brasil

Paula Elise Ferreira Soares*

ORCID iD 0000-0001-7856-6176

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus
Betim, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Betim, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo contribuir com o debate historiográfico relativo às resistências femininas à ditadura militar no Brasil. Inicia-se com algumas reflexões sobre o conceito de resistência a fim de propor uma ampliação acerca do seu uso ao se tratar das experiências e formas de resistência de mulheres comuns. Por meio das entrevistas de história oral, realizadas com Gilda Cosenza e Adélia Hernandez, busca-se apresentar a trajetória de duas mulheres que, embora não tivessem engajamento tradicional em organizações políticas, promoveram ações de resistência ao regime militar, trazendo para o debate aspectos de gênero fundamentais para a compreensão de outras dimensões da resistência, para além da luta armada.

Palavras-chave: Mulheres. Resistências. Gênero. Ditadura militar.

* Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Historiadora do Centro de Memória da Educação de Contagem. Pesquisadora do Laboratório de História do Tempo Presente e do Núcleo de História Oral da UFMG. E-mail: carolinadellamore@gmail.com.

* Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora do Laboratório de História do Tempo Presente e do Núcleo de História Oral da UFMG, pesquisadora do núcleo História Oral e Mundos do Trabalho do IFMG- campus Betim, instituição na qual também é professora EBTT. E-mail: paula.elise@ifmg.edu.br.

Women's resistance to the military dictatorship: the trajectories of Gilda and Adélia (1964-1985)

Abstract: The purpose of this work is to contribute to the historiographical debate on women's resistance to the military dictatorship in Brazil. We propose an expansion of the use of the concept of resistance to address common women's experiences and forms of resistance. To this end, we draw on oral history interviews and present the trajectories of two women, Gilda Cosenza and Adélia Hernandez. Both had no traditional engagement in political organizations, yet promoted actions of resistance to the military regime. Thus, we add to the debate aspects of gender that we consider fundamental for the understanding of other dimensions of resistance, beyond armed struggle.

Keywords: Women. Resistances. Gender. Military dictatorship.

No dia 18 de agosto de 1968, mais uma ação promovida por grupos políticos clandestinos que se opunham ao governo ditatorial então instituído no país foi noticiada pelo *Jornal do Brasil*: o assalto ao trem pagador em São Paulo. Daquela vez, mais do que descrever a ação, que a notícia classificou como feito “cinematográfico”, ou revelar a ineficiência da polícia em prender os culpados, o matutino destacou a “presença de uma jovem loura de maxi-saia, com uma metralhadora nas mãos e uma determinação nas palavras e nos gestos – ‘Mãos ao alto, isto é um assalto’”. Segundo o periódico, descobrir a identidade da “loura” misteriosa e determinada era “mais um problema para a polícia paulista, já apavorada com os 31 assaltos a bancos ocorridos de novembro do ano passado até aqui” (Terroristas..., 1968, p. 7).

A partir daquela ação, a figura da “jovem loura de maxi-saia”, a “loura dos assaltos” ou “loura da metralhadora” tomou as páginas dos jornais brasileiros de grande circulação e ali permaneceu pelo menos até o início da década de 1970, período em que igualmente se multiplicaram por vários estados brasileiros as ações de grupos armados de enfrentamento ao regime político. A personagem dominava o país, tanto porque aparecia, desaparecia e seguia não identificada, quanto porque passou a povoar o imaginário popular, em especial o masculino. Progressivamente, a “loira” se tornava um fetiche alimentado pela imprensa, que insistentemente destacava seus atributos físicos e suas vestimentas, estratégia que não era igualmente empregada quando os jornalistas tratavam dos homens envolvidos nos assaltos. A “loura da metralhadora” se tornou um mito, e tal mito encobria o fato de que ela não se tratava de uma única mulher, mas sim de “diversas mulheres que usavam como disfarce a peruca loira para não serem reconhecidas pela repressão” (Insuela, 2011, p. 78).

Apesar de a historiografia já ter questionado o mito da loira da metralhadora (Costa, 1980; Ferreira, 1996; Colling, 1997; Joffily, 2005), em alguma medida, o fetiche da mulher armada que resistia ao governo opressor segue dominando as agendas de pesquisa de historiadoras e historiadores que se dedicam a estudar as formas de resistência feminina instituídas entre 1968 e 1985. Ainda nos anos 1980, a nascente historiografia brasileira feminista encontrou na guerrilheira (urbana e rural) um modelo político que contribuía com a tarefa (fundamental) de desconstruir a imagem de suposta

omissão das mulheres no cenário político republicano brasileiro, imagem que havia sido calcada no silenciamento dos estudos sobre a presença das mulheres no espaço público do país. A partir da perspectiva feminista, as guerrilheiras passaram a ser destacadas por sua excepcionalidade e ousadia, por representarem mais uma evidência da capacidade feminina de atuar em esferas descritas como culturalmente masculinas e, sobretudo, por terem se destacado, ainda que estivessem imersas em organizações descritas (pelos historiadores e pelas próprias ex-guerrilheiras) como atravessadas pela misoginia e desigualdade de gênero (Soares, 2021; Fraccaro, 2018). De mito quase erótico nos anos 1960, a loira da metralhadora passou a mito historiográfico, o tipo ideal de militância feminina que compunha a epopeia da resistência à ditadura no Brasil.

Até pelo menos os anos 2000, pouco se debatia a respeito da colaboração da sociedade civil à instauração e condução dos governos militares entre 1964 e 1985. As pesquisas históricas reproduziam, em alguma medida, a memória social que se tornou hegemônica após a redemocratização acerca do passado ditatorial (Napolitano, 2014) que destacava, por um lado, uma sociedade vitimizada e, por outro, uma sociedade que resistiu, procurando se organizar para restituir a democracia. Os jovens eram descritos como inconformados e engajados; os brasileiros, como um povo que procurou denunciar as mazelas da tortura e da restrição de direitos.

A partir do início do século XXI, entretanto, as pesquisas sobre a sociedade civil brasileira e sua relação de colaboração, acomodação, adesão com os governos militares avançaram e permitiram o questionamento do mito da resistência em nosso país (Aarão Reis, 2000; Motta, 2014; Cordeiro, 2009; Rollemberg, 2015; Lima, 2019). Sem dúvidas, tratava-se de trabalho fundamental para a compreensão das dinâmicas políticas, culturais e sociais do Brasil, e têm permitido análises mais rigorosas sobre as nossas tradições. Entretanto, tal investimento parece ter invertido a balança interpretativa e motivado conclusões precipitadas por parte de muitos, como a de que a resistência teria sido pouco expressiva ou pouco vinculada ao projeto de reconstrução democrática. É inegável que grande parte dos grupos resistentes que optaram pela atuação armada estavam mais mobilizados pela implantação de um projeto socialista de sociedade do que pelo desejo de retomada do regime político existente antes de 1964, mas tais grupos não representavam a totalidade dos indivíduos e organizações que procuraram revelar as estruturas do regime militar para, dessa forma, enfraquecê-lo.

O próprio campo de estudos sobre a resistência à ditadura brasileira, em alguma medida, tem contribuído para a simplificação ou estigmatização das ações de enfrentamento ao regime, já que ainda são privilegiadas, por exemplo, as pesquisas sobre as organizações armadas. Inclusive, tal perspectiva contribuiu para a fixação de uma memória crítica – em especial junto a intelectuais e militantes de esquerda – sobre as entidades e indivíduos que optaram por promover um questionamento ao regime de forma pacífica ou atrelada aos mecanismos legais, caso do PCB (Soares, 2021). Em relação às mulheres, essa opção engendra consequências ainda mais perniciosas, uma

vez que acaba por desconsiderar e desprezar as ações públicas daquelas que não se aproximaram de qualquer organização política, daquelas que se sentiram convocadas a assumir uma postura de ruptura com o regime por questões relativas aos afetos, daquelas que podemos denominar mulheres comuns e que estavam muito distantes do tipo ideal da loira da metralhadora.

Este artigo se propõe a ser uma contribuição para esse debate acerca das formas de resistência das “mulheres comuns” à ditadura no Brasil, entendidas aqui como “aquelas que continuaram a lidar com a vida ordinária, cotidiana, da casa e da família, sem terem participado das organizações políticas da época” (Rovai, 2014, p. 42). Pretendemos analisar a trajetória de duas mulheres que não tiveram engajamento tradicional em organizações políticas, mas que, acreditamos, promoveram ações de resistência ao regime militar. Por resistência entendemos o “conjunto de atos de recusa coletiva ao poder instituído que podem se expressar de diferentes maneiras” (Motta, 2016, p. 13). Trata-se de processos de enfrentamento a um regime opressor instituído, de negação do abuso de poder. Tais processos pressupõem o engajamento de indivíduos em ações de transgressão, não necessariamente ilegais, mas singularizadas pela capacidade de abalar o regime ou, ao menos, escancarar suas contradições, inadequações e injustiças.

Um longo debate nacional e internacional tem procurado esmiuçar o conceito de resistência e, nesse processo, contribuir para a desconstrução dos mitos acerca de povos, nações que seriam essencialmente avessos ao autoritarismo, ao totalitarismo (Rollemborg, 2015; Aarão Reis, 2000; Motta, 2014). Autores como Sémelin, Marcot, Lauborie (*apud* Rollemborg, 2015) são retomados pela historiografia brasileira com o objetivo de complexificar o debate sobre o regime militar. Contudo, a definição de resistência que se consolida com base nesses autores nos parece pouco abrangente e incapaz de iluminar as experiências das mulheres comuns que enfrentaram o autoritarismo instaurado a partir de 1964 no Brasil. Em parte, isso se deve ao fato de que tais autores estrangeiros se propuseram a analisar a experiência da ocupação nazista em territórios europeus, em especial França e Itália. Para eles, delimitar o conceito de resistência a partir daqueles acontecimentos era fundamental porque junto à sociedade e à historiografia francesa, por exemplo, o enfrentamento aos nazistas no contexto da vigência do governo de Vichy havia sido naturalizado e banalizado. Imbuídos de tal esforço, acabaram por fixar, de acordo com a leitura de Sémelin (*apud* Rollemborg, 2015), alguns critérios para a definição de resistência: resistência seria um ato consciente, clandestino, ilegal e, sobretudo, armado, que questionaria o domínio do inimigo estrangeiro ou do Estado totalitário. O próprio autor, entretanto, reconhecia os limites de tal definição, já que privilegiava narrativas épicas sobre ações de oposição à ocupação nazista em detrimento das ações mais cotidianas e “sem heroísmo”. Essa análise foi apropriada pela historiografia brasileira, mas, aqui, segue sendo tensionada e, como neste artigo, reelaborada.

As entrevistas de Adélia e Gilda nos colocam diante de vivências que evidenciam

o constante questionamento das estruturas e discursos do regime militar, mas que não foram conduzidas de forma propositalmente coletiva em todos os momentos. Da mesma forma, não foram totalmente ilegais, mas, fundamentalmente, perturbavam os pilares das ações de repressão do regime. Tratava-se de ações individuais e muitas vezes motivadas pela esfera do afeto e do cuidado, mas que não eram exclusivamente vividas por elas. Por serem experiências impostas a muitas mulheres, as reações acabavam ganhando dimensões mais amplas e, por isso, sociais (Rovai, 2014). Se não foram ações sempre pensadas para frear o percurso da ditadura como um todo, elas tornavam a continuidade do regime mais contraditória e inviável. Diante de mulheres como Gilda e Adélia, assim como perante os presos políticos, sequestrados, assassinados e desaparecidos, a ditadura se revelava. Gilda e Adélia não foram apenas mulheres de oposição ou indivíduos desobedientes – conceitos que são propostos para dar conta das ações individuais e não intencionais conduzidas por pessoas em contextos de opressão (Rolleberg, 2015) – mas mulheres que atuaram em outras “dimensões da resistência” (Rovai, 2017, p. 9), para além da luta armada.

As entrevistas realizadas com Gilda e Adélia integraram o projeto intitulado E 68, hein? Memórias públicas de um ano inesquecível, coordenado pelos historiadores Miriam Hermeto, Gabriel Amato e Carolina Dellamore, e realizado pela equipe de pesquisadores do Núcleo de História Oral (NHO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)¹ por meio de entrevistas públicas estruturadas a partir de temáticas definidas. Em comum, ambas as entrevistadas fizeram do momento do encontro com o público uma oportunidade de inscrever uma narrativa sobre a própria trajetória, trajetórias que seguiam de alguma forma encobertas por familiares com atuação de enfrentamento à ditadura mais pública e mais atrelada a organizações políticas. No caso de Adélia, o marido, Ignácio Hernandez, tornou-se uma das principais lideranças metalúrgicas da Cidade Industrial de Contagem (MG) nos anos 1970 e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) em Minas Gerais, exercendo a presidência do partido por alguns anos. Também, ele escreveu o livro Memória operária, em que deixou registrada sua experiência como operário e se tornou uma referência. Já Gilda, além de ter sido casada com o cartunista Henfil, era irmã de três militantes da Ação Popular (AP). O convite feito a ambas parece ter encorpado um desejo latente: o de se reconhecer como sujeito histórico e político com ideias e ações próprias, ou seja, como sujeito de si. Ainda que muitas vezes tenham se mostrado titubeantes em relação à importância da própria história, Adélia e Gilda aceitaram o desafio de se pensar e se reinventar perante um público. E, ao se narrarem, elas apresentaram outras dimensões das relações de poder instituídas no contexto da ditadura militar e, sobretudo, da resistência ao regime (Rovai, 2017), ao mesmo tempo que contribuíram

¹ O Núcleo de História Oral integra o Laboratório de História do Tempo Presente, grupo vinculado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

para evidenciar “os mecanismos de inclusão e exclusão que regem memórias públicas” (Salvatici, 2005, p. 36) sobre a ditadura militar, revelando a necessidade de criar espaços que possibilitem o reconhecimento de memórias diversas, construídas a partir de lugares sociais distintos.

Por meio das narrativas de Gilda e Adélia, podemos “genderizar” o conceito de resistência (Passerini, 2011, p. 99), o que significa que a diversidade imposta a homens e mulheres pelos papéis de gênero no que se refere ao posicionamento perante a ditadura impõe a necessidade de se ampliar o escopo de ações de enfrentamento ao regime. Nesse sentido, a história oral constitui uma metodologia de pesquisa fundamental para complexificar as análises historiográficas e promover a validação das experiências femininas (Salvatici, 2005). Isso implica virarmos a chave interpretativa e ampliarmos a própria noção de resistência, reconhecendo que, como bem apontou Salvatici (2005), o ato de cuidar das pessoas ganha os contornos de uma “resistência ativa”, visto que as ações empreendidas, sobretudo por mulheres, nesse contexto ditatorial foram cruciais para proteger a vida de militantes perseguidos e/ou presos, organizar e ajudar a manter movimentos de contestação e desconstruir o discurso oficial do regime. Para tanto, mulheres se utilizaram “de todos os espaços de vida para a ação política: a família, os amigos, a escola, o trabalho, seus momentos de lazer” (Ribeiro, 2020, p. 134). E, assim, a esfera do cuidado se tornou um trampolim para as mulheres acessarem o mundo público, e não uma condenação à casa, processo que a história oral permitiu revelar.

Através da história oral, trajetórias múltiplas e diversas se revelam confirmando que as experiências vivenciadas pelos indivíduos diante dos contextos são plurais. A escuta sensível e atenta nos permitiu acessar as subjetividades que atravessam as narrativas das entrevistadas (Salvatici, 2005) e motivou nossa atenção às dinâmicas de gênero que questionam uma suposta perspectiva universal e abstrata acerca das vivências dos brasileiros e brasileiras perante a ditadura. Ao analisarmos as narrativas de Gilda e Adélia, nós nos deparamos com duas formas diversas de vida, ambas singulares no que se refere ao enfrentamento ao regime militar e às marcas deixadas pelas experiências de gênero, raça e classe. Dessa forma, atentas às especificidades de suas narrativas, reafirmamos a multiplicidade dos processos de resistência ao autoritarismo estatal entre 1964 e 1985 no Brasil, em especial, das experiências femininas.

A resistência de Gilda

Gilda Westin Cosenza nasceu em 27 de julho de 1945, na cidade mineira de Paraguaçu, e é a quarta irmã em uma família de onze filhos. Apesar de sua trajetória de vida ser marcada pelo contato com pessoas que se destacaram nacionalmente por serem vozes da resistência ao regime militar entre 1960 e 1980, Gilda segue sendo

pouco conhecida. Professora, psicóloga, irmã, esposa e mãe, foi a partir desses papéis, considerados mais privados do que públicos, que ela vivenciou os anos de chumbo.

Durante a entrevista pública, Gilda se preocupou em destacar o que denominou como “o peso” experimentado por aqueles que vivenciaram a ditadura e procurou iluminar a importância das ações de resistência dos irmãos militantes e das demais pessoas – conhecidas e desconhecidas por ela – que optaram por enfrentar o regime militar de forma mais direta. Em alguma medida, a própria Gilda classificava suas ações como menos importantes, ainda que tenha revelado que, por influência dos irmãos, havia participado de ações pontuais conduzidas por integrantes da AP. Mesmo tendo contato, entretanto, ela não se sentiu envolvida pela proposta de atuação da entidade, fenômeno que ainda não consegue explicar:

É muito difícil explicar isso, mas eu acho que nunca consegui muito uma coisa muito formal, ou uma coisa de participar de reunião, eu não me adaptava muito a isso. Então, eu participava, ajudei a fazer bastão para pichar parede, ia para o quintal da casa de um e a gente fazia, com aqueles latões, derretia sebo, botava sei lá o quê, tinha receita lá para fazer bastão. E distribuía alguns folhetos em porta de fábrica, mas eu não, não sei, parecia que eu não conseguia me integrar muito nisso aí. (Gilda Cosenza, 2018).

Gilda foi mais compelida à ação pelo seu “coração feminino” (Salvatici, 2005, p. 37), ou seja, por emoções relacionadas à atividade de cuidar. A afetividade e os vínculos familiares politizaram o cotidiano da psicóloga mineira e a colocaram perante o regime opressor. No relato dela, a condição de irmã “adquire características de uma resistência ativa”, e não uma condição passiva e doméstica. De fato, o cuidar, o proteger se tornou um método de resistência política feminino (Salvatici, 2005) porque eram sobretudo as mulheres que procuravam garantir, com sua presença constante junto aos espaços de repressão, tortura e silenciamento da oposição, a vida e a voz daqueles que procuravam denunciar a ditadura. Gilda e sua mãe foram duas das tantas mulheres que passaram a frequentar os presídios brasileiros em busca de informações sobre parentes desaparecidos ou presos:

[...] Eu falo que meu filho visitou presídio desde a minha barriga. então, era uma coisa que sempre tinha um preso, ou dois, e a minha mãe também visitava [...] realmente às vezes parecia que a gente estava vivendo uma coisa muito surrealista. [...] Foi mais de um mês que eu passei procurando em todos os lugares possíveis, dando nome falso e o nome verdadeiro, para tentar localizar. E essa minha amiga, que a gente se conhecia há um tempo por ela ter filhos na creche, ela então me falou 'eu vou tentar ver com um, meu tio que é general'. Então, por incrível que pareça, essa amizade minha com ela permitiu a localização dele, porque foi ele que falou que estava no DOI-CODI [...]. (Gilda Cosenza, 2018).

As redes de contato e amizade de Gilda foram decisivas para localizar seu irmão Gildásio e garantir a ele o direito de receber visitas dos familiares. A vida do militante foi protegida pela insistência de Gilda – com apoio de suas relações pessoais – e, dessa forma, a política ditatorial de extermínio da oposição era dificultada pela afetividade. A força subversiva de Gilda estava em usar seu papel de irmã “para fazer exigências políticas” (Rovai, 2014, p. 153).

Além de buscar localizar o irmão, Gilda ajudou a irmã de 15 anos, outra militante, a escapar da clínica psiquiátrica em que havia sido internada pelas forças de repressão. Durante um fim de semana em que a irmã foi autorizada a visitar a família, Gilda garantiu que ela conseguisse fugir. Também, ao procurar manter o ânimo, as referências de positividade e a alegria dos irmãos presos, Gilda desconstruía o processo de destruição da dignidade e da humanidade que o regime impunha aos seus oponentes através da tortura. Durante a entrevista, a psicóloga, como que revivendo o assombro experimentado perante Gilse, reclusa no presídio Tiradentes, destacou o que considerou um indício do universo lúgubre no qual a irmã havia sido lançada:

Nesse tempo, essa prisão Tiradentes foi a minha irmã que ficou presa, ela ficou presa no Dops e ficou presa nessa de Tiradentes. E ela falou que estava fazendo uma cobra de crochê pra dar para o Ivan, que tinha um ano e pouco, na época, o meu filho. E quando ela entregou a cobra ela falou que era muito alegre, estava fazendo com cores, muito coloridas e quando ela entregou, eu fiquei olhando assim, eu não conseguia falar nada. A cobra era preta, com a barriga preta e era branca e cor de vinho muito escuro, sabe? Aí aquilo eu falei, 'gente o alegre dela, com cores vivas', e eu falei: 'não, você guarda essa cobra aí, e eu vou trazer pra você umas lãs aí', e aí levei lã verde, amarela, azul, azul piscina, tudo enquanto é cor, e ela cobriu essa cobra com essas cores, entendeu? (Gilda Cosenza, 2018).

Naquele momento, Gilda não levou apenas novelos de lã coloridos para a irmã, mas a relembrou das potencialidades da vida. Nesse sentido, os vínculos amorosos privados de Gilda se tornaram uma ação pública porque eram parte de toda uma rede de cuidados femininos que mantinha a oposição ao regime viva e resistente. Em última instância, essa rede feminina se tornava, ela própria, oposição à ditadura, já que, enquanto o regime militar insistia em negar a existência da tortura, dos desaparecimentos e, até mesmo, das prisões de militantes, mulheres comuns como Gilda ecoavam a farsa do discurso oficial. Os militantes podiam ser exterminados, mas seus familiares carregavam a memória dos porões da ditadura:

Mas era assim, aquele ambiente, aquela coisa não... é muito pesado, eu acho que por mais que eu tente descrever o clima que é dessa visita continuada, porque ela foi muito torturada também, ela era muito clarinha e a primeira vez que eu vi ela estava ainda toda roxa, com cucuruto, a mão eram bolas de de... sabe, de inchado,

de... tem hora que eu fico até assim, porque é muito forte, sabe, de tanto choque que levava. E o meu irmão também, no final ele estava no DOI-CODI, ele estava muito torturado. A sensação que eu tinha é que eu estava vendo uma daquelas imagens assim de campo de concentração, de nazismo, porque ele estava amarelo, parece que ficou muito tempo preso num lugar sem luz e depois muita tortura. [...]. E a continuidade dessas visitas em prisão é muito esquisito, sabe, porque não dá pra gente falar assim 'não, mas você foi tantas vezes que você acreditou, acostumou com essas imagens', não, não acostuma, sabe. E o meu filho, como visitava muito, quando ele chegou assim com uns quatro anos, um dia ele me perguntou 'ô mãe, por que que eu tenho tanto tio ladrão?'. Entendeu? E aí eu fui tentar explicar para uma criança de quatro anos o que que era uma ditadura, o que que eram esses homens... que ele não tinha nenhum tio ladrão, que não era bem isso, entendeu? (Gilda Cosenza, 2018).

Progressivamente, os próprios presos políticos perceberam que a presença das mulheres de suas famílias nos presídios podia ir além de garantir o afeto e o cuidado – fundamentais – com seus parentes. Por serem consideradas frágeis e inofensivas pelos membros da repressão, portanto, por serem muitas vezes revistadas com menor rigor, muitas mulheres puderam se transformar em veículo de denúncias sobre as mazelas impostas a tantos pelas forças de repressão. Elas acabaram formando uma rede internacional de crítica à ditadura brasileira. Segundo Gilda, sua mãe, como tantas mulheres, carregou mensagens escritas pelos irmãos que contribuíram para desconstruir o silêncio do resto do mundo acerca dos crimes cometidos no Brasil desde a implantação do golpe de 1964. As mensagens eram repassadas a simpatizantes das organizações de resistência brasileiras em países estrangeiros, os quais divulgavam as denúncias pela imprensa:

[...] porque, elas saíam, mas era bem-feito, porque eles enrolavam um papelzinho muito pequeno, às vezes punham dentro de cigarro, ou às vezes passavam quando davam um abraço, aí elas já deixavam um lugarzinho aberto num casaco pra colocar, entendeu, uma coisa assim que era um risco [...]. Eram descrições de tortura, basicamente, descrição de tortura, porque não, isso não tinha. Tanto que as primeiras denúncias de tortura saíram em outros países, na Itália, em outros lugares que conseguiam passar essas descrições de tortura. (Gilda Cosenza, 2018).

Outra atuação expressiva de Gilda se deu na defesa dos filhos dos perseguidos da ditadura. Se alguns filhos foram afastados dos pais, e estudos atuais evidenciam que esta foi uma política instituída pelo regime militar brasileiro, e não apenas por outros governos latino-americanos do período (Reina, 2019), muitas mulheres agiram para garantir que esses filhos sobrevivessem. Gilda, por exemplo, assumiu os cuidados da sobrinha após o nascimento.

Ela [Gilse Cosenza] estava grávida e antes, uma vez que a gente se encontrou, ela pediu para mim e para o Henriquinho [Henfil] que, se acontecesse alguma coisa, se a gente tomaria conta [...]. A gente estava preparando tudo no Rio para recebê-la e ela ter o neném lá de uma forma mais segura e acompanhada por médico. [...] Mas não deu tempo, porque ela passou em Belo Horizonte, numa das reuniões a bolsa estourou [...]. Ela saiu depois do parto e ficou pulando de casa em casa para não ser presa, até que foi presa. [...] E aí a Juliana, que era a filha que tinha nascido, ficou desaparecida alguns dias, ninguém sabia onde estava. Eu vim do Rio, [...] pra ver se eu descobria. Mas aí, toca a campainha lá de casa e era a pessoa que estava com ela, que ela sabia que se acontecesse alguma coisa era para entregar. E ela era prematura, muito pequenininha, e eu tinha muito medo que ela morresse na mão da gente ali. Era um cuidado intenso, mas felizmente ela precisava de cuidado [...]. (Gilda Cosenza, 2018).

Gilda também protegeu os filhos de outros presos através da escola infantil que criou no Rio de Janeiro. Quando ainda morava em Belo Horizonte, em meados da década de 1960, ela sonhava em criar uma instituição de ensino que lhe permitisse colocar em prática suas visões pedagógicas inovadoras. Depois da chegada da sobrinha e do nascimento do filho e perante as dificuldades em conseguir retomar os estudos sem a possibilidade de deixar os bebês em creches, Gilda resgatou o sonho acalentado em Minas Gerais. Segundo ela, no fim dos anos 1970 e no começo dos anos 1980, as creches da capital carioca não recebiam crianças que não tivessem sido desfraldadas ou que ainda não soubessem andar e, por isso, mães de bebês como ela ficavam sem suporte para voltar a trabalhar ou estudar. Por isso, quando pôde, sua opção foi criar uma instituição que recebia bebês a partir dos 3 meses de idade. No contexto da ditadura, entretanto, mais do que organizar uma escola infantil disposta a formar uma rede de apoio para mulheres mães, Gilda viabilizou o apoio às famílias dos desaparecidos e presos políticos:

[...] Num contexto de repressão extrema, entendeu, onde um pai me entregava a criança e nunca mais foi visto. Ou era o Fernando Santa Cruz, o filho dele era o Felipe, que hoje é da OAB do Rio de Janeiro. [...] O corpo dele nunca foi entregue. Talvez eu tenha sido a última pessoa a vê-lo com vida, porque ele me entregou o Felipe, foi embora e no final do dia eu liguei para a Ana, que era a mãe, dizendo 'olha, não veio buscar o Felipe', mas já com o coração apertado, porque a gente sabia que quando sumia dessa forma podia não aparecer mais, né. (Gilda Cosenza, 2018).

Gilda conhecia os militantes e mantinha-se atenta aos sinais de dificuldade vivenciados perante a repressão. Consciente do regime em vigor no Brasil e da clandestinidade ou violências que se impunham a tantos opositores, ela procurava garantir a permanência dos filhos dos militantes na escola, sua segurança e seu retorno

para os cuidados de parentes. Os militantes políticos possuíam famílias, dificuldades cotidianas, e, ao atuar como rede de apoio, Gilda não apenas minava, em alguma medida, o projeto de extermínio da ditadura brasileira, como contribuía para manter viva a memória e o espírito da resistência.

Além do ambiente de trabalho, a casa de Gilda foi um espaço de acolhimento para perseguidos da ditadura. Não só a sobrinha foi recebida. Ela também deu abrigo e protegeu a militante da AP Maria Ester Cristelli Drummond, garantindo sua saída do país:

[...] A Teinha, que é Maria Ester Cristelli, mulher do João Batista Drummond, liga um dia lá pra casa e fala um outro nome, e eu tenho uma memória auditiva boa e falei 'gente, é a Teinha'. Ele tinha sido morto, naquela coisa lá da Lapa, e ela tinha duas filhas. Ela ficou lá em casa até ser providenciado um passaporte falso, né, para ela sair do Brasil, as filhas ficaram e foram depois. [...] Ela ficou lá em casa como se fosse minha empregada, eu não podia contar nem para o Ivan, que já tinha 4, 5, 6 anos na época, porque podia falar pra alguém. E ela ficou lá em casa como se fosse empregada até sair o passaporte. (Gilda Cosenza, 2018).

As ações de Gilda foram invisíveis e, justamente por isso, foram efetivas. Ela integrou o grupo de “talvez milhares” de mulheres que, como destaca Joffily (2005), ofereceram abrigo e alento a tantos perseguidos, mulheres que não desistiram de seus familiares e, assim, resistiram à ditadura. Mais do que isso, elas, hoje, engrossam as vozes que insistem em revelar que o regime militar brasileiro matou, torturou, separou famílias e impôs sofrimentos a vários brasileiros. Durante a entrevista pública, Gilda demarcou: a ditadura militar existiu e é preciso não se deixar esquecer seu peso, sua obscuridade. Reconhecendo-se como membro da “geração de 68”, ela não desistiu da resistência ao autoritarismo, seja estatal, memorialístico ou discursivo.

A resistência de Adélia

Adélia Hernandez nasceu no interior de Minas Gerais, em 1945. Filha mais velha de uma dona de casa e de um lavrador, começou a trabalhar cedo para ajudar no sustento da família numerosa – eram nove filhos. Foi por isso que ela, ainda muito jovem, mudou-se para Belo Horizonte, onde conseguiu trabalho em uma casa como empregada doméstica. Com a morte do pai e os problemas financeiros enfrentados, a mãe e os irmãos também se transferiram do interior para a região da Cidade Industrial, no município de Contagem (MG), em 1963. Foram morar todos em um barracão de um cômodo no bairro Industrial.

Na entrevista, Adélia conta como se tornou metalúrgica e que essa mudança

profissional significou uma ascensão financeira e social, pois, além de receber um salário melhor, ser trabalhadora metalúrgica na Cidade Industrial tinha uma representação positiva. Por meio da indicação de um amigo, prática comum nas empresas da Cidade Industrial (Dellamore, 2019), Adélia começou a trabalhar na AEI do Brasil (Associada Eletro-industriais do Brasil) em 1967, fazendo bobinas para máquinas e trens de ferro.

O dia que ele me indicou foi assim uma festa, né, porque ir para uma fábrica era um status muito alto, você não acha? Para quem morava na Cidade Industrial, para quem trabalhava em casa de família sofrendo tanta humilhação e ganhando menos que salário, né, porque não pagava nem salário, não tinha carteira assinada, não tinha nada. (Adélia Hernandez, 2018).

Com sua entrada na fábrica, Adélia começou a frequentar o Sindicato dos Metalúrgicos, envolveu-se nas lutas do movimento operário e na mobilização dos trabalhadores, participando de reuniões e distribuindo boletins e panfletos em portas de fábrica.

[...] A gente ia para o sindicato e no sindicato tinha o Ênio Seabra, que trabalhava na Mannesmann, tinha muitos metalúrgicos e lá eles falavam muito de greve, de mudança; eu não tinha muita consciência política não, sabe? Mas eu tinha a única consciência que tinha que acabar com essa ditadura porque vivia prendendo operário só por reivindicar salário, né, e para melhorar a vida das pessoas, sabe? (Adélia Hernandez, 2018).

Frequentar o Sindicato dos Metalúrgicos era uma atitude, de certo modo, contestadora em relação ao comportamento esperado das mulheres, mesmo das metalúrgicas, naquele contexto. Isso porque os sindicatos eram considerados espaços fundamentalmente masculinos, tanto por homens quanto pelas mulheres trabalhadoras, que deixavam de comparecer e participar do movimento operário e sindical exatamente por não se sentirem incluídas naquele lugar (Dellamore, 2019; Fraccaro, 2018). Além do trabalho na fábrica, os estudos ganham importância na narrativa de Adélia sobre esse período. A entrevistada comenta: “a nossa luta era estudar”. Em um contexto em que não havia vagas para todos nas escolas públicas, Adélia só conseguiu retomar os estudos depois de adulta. Ela fez o curso de admissão e em 1966 começou a cursar o ginásio no Colégio Municipal de Contagem. Assim, a entrada na fábrica e o retorno à escola representam uma virada política em sua vida, porque ajudaram a politizar o que a operária definia como “política de sobrevivência”. Antes do emprego na metalúrgica e da experiência na escola, Adélia afirma que não “entendia nada de política, a minha política era sobreviver e procurar uma vida melhor para todo trabalhador, sabe?”. Mas foi justamente seu desejo de ajudar e garantir uma vida melhor para todo trabalhador que a motivou a promover mudanças, ainda que pequenas, nos espaços por onde

passava. Na escola, teve a iniciativa de organizar uma sopa em regime de mutirão para que ela e os demais trabalhadores que vinham direto da fábrica para estudar pudessem comer, afinal, ela pensava: “como é que a gente vai ficar estudando com fome?” (Adélia Hernandez, 2018). Ao atuar para cuidar de si e dos estudantes, ela chamou a atenção e conseguiu o apoio da equipe do colégio, pessoas que, segundo ela, eram “muito avançadas”. Adélia lembra que o ambiente escolar e os professores, entre eles, estudantes universitários e freiras, além do diretor da instituição, o padre Carlos Frago, foram fundamentais para a sua mudança de percepção acerca do contexto brasileiro. Lá, pela primeira vez, ela ouviu falar sobre a ditadura militar e descobriu “que tinha que acabar com a ditadura e tinha que mudar o Brasil”.

Sobre as aulas, Adélia lembra-se especialmente das ministradas pela professora Sissi, que “no meio do português iam todas as denúncias, uma orientação mais política”, ela conclui: “e aí pronto, eu fiquei louca com ela”. Sissi – Delsy Gonçalves – era militante da AP e atuava na Cidade Industrial fazendo um trabalho intenso de mobilização dos trabalhadores. Assim, aos poucos, a “política da sobrevivência” de Adélia atravessou e foi atravessada por uma noção mais ampla da política, pelo desejo de mudança do Brasil.

Ainda que tenha convivido com militantes da AP, principalmente em função de sua proximidade com Sissi, Adélia nunca quis participar de forma orgânica da AP ou de outros grupos comunistas atuantes na Cidade Industrial.

Na verdade, eu tinha aproximação com a Sissi. E a Sissi era ligada a AP, né? Então automaticamente eu era rotulada, provavelmente, como uma pessoa da AP, mas eu não me preocupava muito com os grupos, sabe? Com um grupo de uma organização ou de outra, achava que todos estavam ali com o mesmo objetivo, na mesma luta. Então não tinha muita, muito conhecimento também, sabe? Dessa atuação dos grupos comunistas [...] eu sabia que existia, mas não a ponto de interessar por uma participação maior [risos]. (Adélia Hernandez, 2018).

Entretanto, mesmo não sendo oficialmente uma militante, Adélia assumiu o papel de combatente da ditadura, atuação que procurou manter mesmo depois de ter perdido o emprego como metalúrgica e ter sido obrigada a voltar a trabalhar como empregada doméstica e vendedora de cosméticos. Foi justamente como vendedora de cosméticos que ela encontrou uma forma de continuar a atuar politicamente na região. Encoberta pelo disfarce de “mulher comum”, supostamente feminina e mobilizada por assuntos estéticos, Adélia encontrou liberdade para transitar nas portas das fábricas da Cidade Industrial. Ali ela vendia seus produtos e, ao mesmo tempo, panfletava, já que em sua bolsa da Avon ela levava, em meio às propagandas dos cosméticos, documentos políticos para distribuir.

[...] Eu encontrei uma pessoa que vendia Avon: 'você não quer vender Avon?'

porque dava um dinheirinho, a gente ganhava 25% do que a gente vendia, aí eu falei: 'eu quero'. [...] Eu ia para as portas das fábricas e vendia Avon para aquelas trabalhadoras para entregar na época do pagamento. Então eu ia para uma fábrica que tinha atrás do Senai que trabalhava só mulher e lá eu vendia para as meninas, depois eu ia para as fábricas onde trabalhavam os homens, porque... para vender um perfume, alguma coisa, né, eu conseguia fazer boas vendas, sabe? E com isso, eu levava na bolsa, aí era ótimo, porque a bolsa da Avon era uma bolsa grande assim, azul e tinha uns bolsos de fora para a gente colocar os panfletos, as propagandas da Avon, aí atrás daquelas propagandas eu colocava os boletins do sindicato [risos]. [...] E era muito bom, sabe? Isso foi um período assim, maravilhoso, que eu podia, tinha tempo de ir fazer isso, conversar e sentir que estava avançando na luta, né? (Adélia Hernandez, 2018).

Também, Adélia teve participação expressiva no grupo de apoio às greves operárias de 1968 – em abril e em outubro –, em Contagem. Esses movimentos grevistas, principalmente o ocorrido em abril, ganharam repercussão nacional. Pela primeira vez, desde o golpe de 1964, os trabalhadores pararam as fábricas, opondo-se à política salarial da ditadura, denunciando o arrocho e a exploração a que estavam submetidos. Formado em sua maioria por mulheres, o Comitê de Apoio à Greve tinha como tarefa arrecadar dinheiro e alimentos para ajudar as famílias dos grevistas e elaborar boletins denunciando a situação dos operários e o caráter justo do movimento dos trabalhadores, mesmo sendo declarado ilegal pelas autoridades (Neves, 1994). Adélia – e outras participantes – atuou, justamente, na conscientização das esposas dos grevistas, procurando convencê-las da importância daquele movimento, pois muitas não aceitavam a participação dos maridos, uma vez que eram comuns a suspensão dos salários, o desconto dos dias parados e a demissão.

Outro ponto que merece destaque na narrativa de Adélia é sobre a casa de sua mãe, onde ela também morava, e que se tornou um lugar de apoio e acolhimento de lideranças metalúrgicas e militantes políticos na Cidade Industrial naqueles anos ditatoriais.

[...] o Ênio [Seabra], o Mário Bigode, um pessoal que... seu Joaquim [de Oliveira], o pessoal metalúrgico, o sindicato era pertinho da nossa casa, dá quatro quarteirões, aí eles desciam do sindicato e iam lá para casa, [falar] mais sobre as greves, sobre a atuação no sindicato, né? E a minha mãe sempre procurava acolher com o que tinha, o pouquinho que tinha em casa era dividido para todo mundo, e aí eles iam muito para lá. (Adélia Hernandez, 2018).

Ter um local seguro para realizar reuniões era fundamental para essas lideranças, pois o Sindicato dos Metalúrgicos se tornou espaço extremamente vigiado depois do golpe civil-militar de 1964, tendo sofrido intervenção da Delegacia Regional do Trabalho (Dellamore, 2019). A presença da polícia fardada e infiltrada entre os

trabalhadores era constante nas ruas da Cidade Industrial, e em dia de assembleia da categoria o contingente policial era ainda maior.

[...] Na minha casa nós morávamos muita gente, era uma casa bem pequenininha de quatro cômodos, mas minha mãe sempre teve na cabeça o seguinte: a pessoa precisou de ser acolhida pode vir para aqui, sempre cabe mais um. E... esse pessoal o que que acontece, a Sissi, por exemplo, andava o dia inteiro fazendo coisas, nem sei o que que ela fazia, mas... reunião aqui, reunião ali, participava de uma coisa aqui, de outra coisa ali, e quando ela chegava lá na casa da minha mãe, às vezes chegava para uma reunião, sabe? Para encontrar com algum metalúrgico, chegava com os pés inchados e assim aquele jeitinho cansado e minha mãe corria esquentava uma água, mandava ela banhar os pés e fazia uma sopa, né, alguma coisa. (Adélia Hernandez, 2018).

Os cuidados despendidos por sua mãe e pela própria Adélia garantiram e até fortaleceram a atuação dos militantes. Ainda que essa atuação fosse pautada mais em valores cristãos de ajuda ao próximo do que em ideais políticos, não deixava de ser uma forma de resistência à ditadura. Além disso, a ação de acolher pessoas que tinham comportamentos de contestação ao regime militar representava um ato de coragem, já que era um risco para a família. Esse risco tornou-se concreto quando a polícia política invadiu a casa e Adélia só não foi presa porque sua irmã Zélia Batista foi levada por agentes do Dops (Departamento de Ordem Política e Social), por engano, em seu lugar.

Então esse Rockfeller estava vindo e aí ela [Sissi] falava assim: 'nós não podemos, temos que manifestar contra esse homem, que ele é isso, ele é aquilo e tal'. Eu falei com ela: [...] 'vão lá pra casa vocês fazem lá, nós damos um jeito'. [...] Nesse dia é... eu saí de casa e fui visitar minha irmã, eu tinha uma irmã que morava na Vila Oeste e eu saí e fui visitá-la [...]. Meus outros irmãos ficaram em casa e a polícia veio e cercou a casa, por que? Para prender quem estava querendo fazer manifestação. Aí eu tenho uma irmã mais nova que eu que estava em casa, eles chegaram com metralhadora, aí meus irmãos estavam nos beliches que a gente dormia, [...] chegou apontando metralhadora para eles, eles tinham dezesseis, quatorze anos, doze anos. Até hoje eles são revoltados com isso, sabe? Porque chegaram com metralhadora, não sei o que: 'e fica quieto. Eu quero é a mais velha, eu quero a mais velha'. Aí minha irmã chegou lá e disse assim: 'eu sou a mais velha', aí eles: 'então, vão conosco', sabe? Aí com toda a estupidez, aí diz ela que chegou... aí minha mãe veio e ela disse: 'mãe amarra meu cabelo', aí quando minha mãe foi amarrar o cabelo dela, ela disse: 'joga os panfletos fora, joga senão eles vão me matar'. Aí minha mãe foi para a sala pegou um tanto de panfleto que tinha embaixo da mesa e nós tínhamos o nosso banheiro, [...], 'leva os papéis que a gente usa lá na privada', não sei o que, e jogou tudo lá dentro da privada, sabe? Aí eles não encontraram... encontraram acho que um cartaz lá que não falava muita coisa e pôs minha irmã na radiopatrulha e levou. (Adélia Hernandez, 2018).

A prisão de Zélia Batista encontra-se registrada no SNI (Serviço Nacional de Informações). De acordo com o documento, de 27 de agosto de 1969, o serviço secreto da Polícia Militar de Minas Gerais havia identificado quatro “aparelhos” em Belo Horizonte pertencentes ao Partido Revolucionário do Proletariado (PRP) e prendido alguns militantes, entre eles Zélia Batista. No documento, Zélia é identificada “representante (vendedora) da Avon, [...] anteriormente empregada doméstica [...], cursa atualmente o 3º ano ginasial, no Colégio Municipal de Contagem”. Ou seja, as informações sobre ela, na verdade, referem-se à sua irmã Adélia Batista, confirmando o equívoco da prisão. O engano não se desfez e Zélia, que não tinha nenhuma atuação política, ficou oito dias presa. Sua prisão foi uma situação extremamente traumática para a família, especialmente para Adélia, que ao recordar o ocorrido anos depois avaliou o tamanho absurdo daquela experiência, ao mesmo tempo que reviveu a dor e a angústia da incerteza sobre o que poderia acontecer a sua irmã, presa em seu lugar.

No início dos anos 1970, Adélia conheceu Ignácio Hernandez, padre operário que trabalhava em uma metalúrgica na Cidade Industrial e tornou-se uma das principais lideranças políticas na região e fundador da oposição sindical metalúrgica de BH/Contagem. Casaram-se em 1971 e tiveram três filhos. Adélia assumiu a partir daí o papel de esposa, mãe e dona de casa. Passou a vivenciar no cotidiano a angústia das constantes demissões do marido por suas atividades políticas e o medo de que ele fosse preso. Mesmo nessa nova vida, a inquietação de Adélia permaneceu e, a partir dos novos papéis assumidos, ela participou e apoiou movimentos sociais diversos. Atuou na luta contra a poluição provocada pelas fábricas da Cidade Industrial que prejudicava a saúde dos moradores, especialmente a das crianças, e atuou na organização de associações de bairro para reivindicar melhorias como água, luz, saneamento básico, escancarando as falhas de gestão dos governos locais do contexto ditatorial. Também participou da mobilização das metalúrgicas e das esposas de operários na greve metalúrgica de 1979, bem como de movimentos de mulheres na luta por creches na região.

Nos bairros a gente trabalhava muito, porque, fazia associação de bairro para ter motivo para reunir, para encontrar, para discutir, [...] tinha uma favela perto da minha casa, aí tinha umas estudantes que também participavam dessas coisas, sabe? [...] Aí nós resolvemos fazer um movimento de creches, não existia creche, não existia escola para criança, aí as mulheres começaram a entrar nesse movimento para criar creche para ter um lugar para deixar as crianças para ir trabalhar. Isso foi a coisa mais bonita que a gente fez, sabe? Porque, ao mesmo tempo que tinha a luta na fábrica, a gente juntava essas mulheres ia para o palácio do governo e sentava na sala lá pedindo para que eles fizessem creche para as crianças e tal, sabe? Lógico que naquela época não fez, mas hoje nós temos as crianças, pelo menos a maioria, já tem um local, né, para ficar, sabe? (Adélia Hernandez, 2018).

O relato de Adélia nos possibilita conhecer alguns aspectos das experiências

vividas durante os anos de ditadura e lembradas por ela no presente. A narrativa que se constrói é a de uma mulher comum, negra, vivendo na região metropolitana de Belo Horizonte, que foi filha, irmã, esposa, mãe, empregada doméstica, operária, vendedora de cosméticos, servente de escola e dona de casa, papéis a partir dos quais lutou contra a ditadura e acalentou o sonho de mudar o Brasil.

Conclusão

Gilda e Adélia enfrentaram a ditadura militar como mulheres, já que foi através das singularidades vivenciadas em função de sua condição de gênero que puderam impor reivindicações às instituições estatais ou burlar as proibições das forças de repressão para promover ações de questionamento ao regime. Como destacado por Rovai (2014), a condição de gênero foi assumida como uma performance e empregada por tantas mulheres, como Gilda e Adélia, como estratégia de enfrentamento político. Seja entregando panfletos camuflados em meio aos cosméticos da Avon seja garantindo a vida dos filhos dos perseguidos pelo regime, elas contribuíram, num primeiro momento, para a derrota da ditadura em sua missão de eliminar a oposição e, atualmente, nesse segundo momento, atuam para perpetuar as memórias acerca do regime de 1964 como um regime de opressão e violências que não pode ser esquecido.

Além disso, ao inscreverem suas narrativas de “mulheres comuns” no espaço público, elas produzem uma fissura na chamada “memória hegemônica” sobre a ditadura militar, composta fundamentalmente por uma memória liberal que buscou apagar diferenças ideológicas e apagar os traumas da violência política (Napolitano, 2014). Contudo, ressalva Marcos Napolitano (2014, p. 319), “o fato de haver uma memória hegemônica não quer dizer que outras memórias, subordinadas, não tenham existido e não lutem para se afirmar”. Assim, ao transformarem suas memórias em narrativas, Gilda e Adélia nos possibilitam conhecer elementos do cotidiano vivido sob a ditadura militar e como maneiras outras de resistir ao arbítrio, para além da luta armada, se configuraram a partir de experiências femininas. Ao mesmo tempo, elas expressam a consciência da historicidade de suas experiências pessoais e de seus papéis como indivíduos na história (Portelli, 2001) das resistências à ditadura militar.

Referências

- AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

COSTA, Albertina de Oliveira. *Memórias de mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DELLAMORE, Carolina. *Forjando lideranças: comportamentos políticos e militância operária no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar (1964-1985)*. Tese (Doutorado em História) – UFMG, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, MG, 2019.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

INSUELA Julia Bianchi Reis. *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto) biografias. Brasil (1968/1971)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, RJ, 2011.

JOFFILY, Olívia Rangel. *Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, SP, 2005.

LIMA, Gabriel Amato Bruno de. *Aula prática de Brasil no projeto Rondon: estudantes, ditadura e nacionalismo*. Belo Horizonte: Alameda Editorial, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. *Páginas*, v. 8, n. 17, p. 9-25, maio/ago. 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis: Vozes, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PASSERINI, Luisa. *A memória entre a política e a emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Projeto história*, São Paulo, v. 22, p. 9-36, jan./jun. 2001.

REINA, Eduardo. *Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil*. Belo Horizonte: Alameda Editorial, 2019.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. As mulheres da Ação Libertadora Nacional (ALN). In: LENGUITA, Paula (Org.). *La resistencia de las mujeres en gobiernos autoritarios: Argentina y Brasil, 1955-1968*. Buenos Aires: CEIL-CONICET, 2020. p. 132-163.

ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Org.). *História e memória das ditaduras no século XX*. v. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 77-95. Ebook.

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. *A greve no masculino e no feminino: Osasco 1968*. São Paulo:

Letra e voz, 2014.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Introdução. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 7-14.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005.

SOARES, Paula Elise Ferreira. *A questão feminina no PCB (1925-1956): as mulheres na cultura política comunista*. Tese (Doutorado em História) – UFMG, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, MG, 2021.

TERRORISTAS voltam a agir em São Paulo e desnorream polícia. *Jornal do Brasil*, São Paulo, p. 7, 20 ago. 1968.

Fontes orais

COSENZA, Gilda. [76 anos]. [maio 2018]. Entrevistadora: Paula Elise Ferreira Soares. Belo Horizonte, MG, 14 maio 2018.

HERNANDEZ, Adélia. [76 anos]. [out. 2018]. Entrevistadora: Carolina Dellamore. Belo Horizonte, MG, 30 out. 2018.

Recebido em 15/08/2021

Versão final recebida em 28/11/2021

Aprovado em 07/12/2021

Contribuições das autoras: Dellamore: concepção e planejamento da pesquisa, realização das entrevistas, análise dos dados, redação e revisão; Soares: concepção e planejamento da pesquisa, realização das entrevistas, análise dos dados, redação e revisão.

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflitos de interesse: nada a declarar.